

O PESO DA SANÇÃO NORMALIZADORA SOBRE CORPOS FEMININOS NA CONTEMPORANEIDADE

Augusta Cássia Schwtner David
gutaschwtner@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/7234148025546685>
Andréa Marques Benetti
deabenetti@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/7885027624873201>

RESUMO

A proposta deste trabalho se apoia na busca do entendimento das condições de produção discursiva que propiciaram a emergência de comentários machistas, em especial no caso do *ranking* sexual exposto ao público do câmpus da ESALQ/USP, na cidade de Piracicaba, em junho de 2015. Nossos objetivos incluem observar o funcionamento dos discursos que refletem as relações de poder, expressões da sexualidade, gênero enquanto práticas discursivas de opressão na contemporaneidade e em contrapartida, as respostas representantes da resistência contra o discurso misógino e falocêntrico. Valer-nos-emos da abordagem francesa dos estudos de Análise do Discurso, teoria que teve em seu percurso inicial uma visão da Linguagem como expressão da Ideologia e do inconsciente, além de contarmos com a Teoria Queer como avalizadora para abarcarmos os conceitos de gênero em sua perspectiva da construção das hegemonias e dos subalternos em relação à normas sociais vigentes reforçadas pelos discursos. Dentre os autores relevantes dessas áreas, basear-nos-emos nas reflexões de Michel Foucault por conta de sua abordagem arquegenealógica em relação aos conceitos de sujeito, enunciado, discurso, relações de poder e (des)continuidade histórica que permitem ou interditam a produção e a disseminação dos saberes e vontades de verdade, ademais de encontrarmos na pedagoga Guacira Lopes Louro, importante voz da Teoria Queer no Brasil, apoio para nosso percurso acadêmico. O escopo analisado abrange os comentários realizados na página de notícias www.g1.com – um dos sites onde a notícia foi veiculada.

Palavras-chave: ranking sexual; práticas discursivas; sujeito; enunciado; relações de poder.

A veiculação da notícia de um *ranking* sexual em exposição no câmpus de uma universidade paulista ganhou visibilidade em vários veículos de comunicação em junho do ano passado. O fato foi marcante não por ser inédito, já que tal tipo de exposição e julgamento da vida sexual considerada anormal ao romper com o que se espera da postura das mulheres em nossa sociedade existe há muito, mas o destaque aos nossos olhos, nesse percurso científico, são os comentários realizados pelo público leitor da página www.g1.com. São merecedores de atenção, pois alguns reproduzem o discurso machista tão cristalizado em nossas vidas, de forma tão presente, que torna normal julgar moralmente o sexo feminino, além de culpá-lo por sofrer a violência de ser sancionado e exposto.

Dentre os conceitos apresentados ao longo do trabalho e que merecem, alguns merecem destaque, pois nos direcionam no avanço da pesquisa. São eles:

Enunciado, prática e formação discursiva; discurso

Para Foucault, um enunciado é a unidade elementar do discurso (FOUCAULT, 1995, p. 91). Para existir, o enunciado deve ir além do mero ato de enunciar, no sentido de se manifestar ou propor algo. A produção de um enunciado é o resultado de alguns fatores; é necessário um sujeito em um lugar institucional, um indivíduo que não é a fonte produtora do enunciado, mas que o produz segundo a posição social que ocupa. Segundo Gregolin, é condição para a existência do enunciado a possibilidade de lhe assinalar uma instância produtora (GREGOLIN, 2004) instância essa percebida como sujeito da operação, segundo a concepção de que o que existe num enunciado não é um sujeito enquanto origem daquilo que se enuncia, mas sim uma *função enunciativa*, um lugar “determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes [...]” (FOUCAULT, 1995, p. 107). Destacamos as palavras de Foucault em Gregolin (2006), de onde podemos distinguir que a função enunciativa não ocorre de modo aleatório, mas que obedecem às práticas discursivas, que são

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT *apud* GREGOLIN 1986, p. 136)

Sendo assim, conceber uma formulação, um grupamento de elementos linguísticos enquanto enunciado não é tarefa simples, pois implica em “determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito.” (FOUCAULT *apud* GREGOLIN 2004, p. 28).

Neste trabalho específico de análise consideramos as regularidades em uma série de enunciados específicos, aqueles que constituem os comentários realizados no site www.g1.com, na matéria reportada sobre o *ranking* sexual exposto no centro de vivência da ESALQ – Piracicaba. Essas regularidades e dispersões dos enunciados nos levam ao conceito de formação discursiva. Tal formação discursiva reflete a possibilidade de descrição num “certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se

puder definir uma regularidade” um padrão passível de reconhecimento “entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas”. (FOUCAULT, 1995, p. 43)

Foucault (1986) denomina discurso um número limitado de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva, para os quais se pode delinear um conjunto de condições de existência. Por isso, pode-se reconhecer mesmo que em descontinuidade temporal, discursos que apresentam uma similaridade, pois mesmo dispersos, reconhecem-se neles regularidades que os unem de tal modo que nos é possível falar de discurso político, discurso machista, discurso marxista, entre outros.

Constituição do Sujeito nas Relações de Poder

Dentre as muitas abordagens de Foucault sobre a constituição dos sujeitos, as que tratam das “práticas de si”, sendo cristalizadas no meio em que vive e de muitas formas, propostas e impostas pela cultura em que se está imerso, considerando uma coerção sobre o que o sujeito pode ou não ser, o que implica necessariamente no tema das relações de poder, tratado especialmente no artigo de 1984, “A Ética do Cuidado de Si Como Prática de Liberdade”. Assim, poder e disciplina sob a visão de Michel Foucault perpassam este trabalho na medida em que a análise das posturas nos enunciados dos discursos sobre as mulheres estabelecem necessariamente posições de poder e controle disciplinar.

Ainda segundo Foucault, o poder só pode ser alcançado por meio das múltiplas formas de dominação e sujeição existentes no interior do corpo social, numa fragmentação espalhada e não numa polarização de dominantes X dominados, uma vez que ele se exerce em rede. Essas concepções podem ser revisitadas em suas próprias palavras quando ao afirmar que “o indivíduo não é o outro do poder: é um dos seus primeiros efeitos. [...] O poder passa através do indivíduo que ele constitui.” (2007, p. 183 e 184). Assim, é esperado do sujeito uma docilidade, uma conduta “que se inscreva sob um regime ético e moral, e é por meio dessa coerção que se constitui o sujeito.” (MANZANO, 2013).

As normas de gêneros e a Teoria Queer

A partir das relações de poder descritas por Michel Foucault através de sua análise das práticas discursivas, teóricas e teóricas, a partir do final da década de 1980 passaram

a desenvolver a que hoje denominamos Teoria Queer. Além de se alimentar dos estudos da sexualidade de Foucault, a Teoria passa a analisar a própria criação de determinados “tipos” de sujeito como diferentes ou divergentes da norma. Assim, a Teoria Queer ultrapassa as teorias identitárias, na medida em que foca sua crítica nos processos sociais de autorização e reforço da construção destas normas que asseguram a determinados sujeitos status de padronização ou de exclusão, conforme se afastam deste mesmo padrão. Conforme a pedagoga Guacira Lopes Louro, citada por Dinis (2013, p. 03), os questionamentos se deslocam para além das teorias dos rótulos: “Como romper com binarismos e pensar a sexualidade, os gêneros e os corpos de uma forma plural, múltipla e cambiante?”

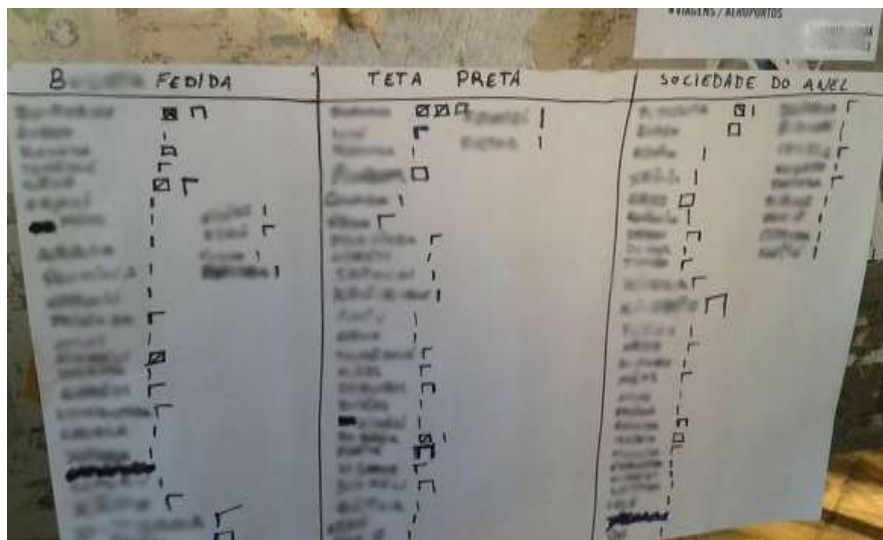
Através desta proposta de análise, que busca a desconstrução dos binarismos de gênero e a análise a partir da construção da normalização e a consideração do múltiplo é que nos aproveitaremos do arsenal da Teoria Queer para estabelecer relação com os comentários do ranking, proposta inicial deste artigo.

Selecionamos alguns comentários feitos no próprio site de notícias e a partir deles, pretendemos deslindar as condições de produção discursiva, as relações de poder e resistência constituintes dos sujeitos envolvidos nessa interação digital. Com a possibilidade de expressão de opinião que é concedida pelo g1.com, vários foram os comentários realizados, dentre os quais podemos divisar comentários sem nenhuma preocupação de exercer seu preconceito de forma explícita, representante do discurso dominante em nossa sociedade atual, e daqueles comentários representativos da resistência contra a imposição desses moldes patriarcais e tradicionalistas.

A batalha contínua de poder X resistência

Segue abaixo o título da notícia sobre o cartaz que deu margem aos comentários que constituem nosso *corpus* de pesquisa.

'Ranking' expõe intimidade sexual de alunas da USP e causa revolta - *Material cita também homossexuais e foi exposto no campus de Piracicaba. Lista tem apelidos que identificam estudantes; instituição vai apurar o caso.* **Claudia Assencio** Do G1 Piracicaba e Região



Fonte: <http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2015/06/ranking-expoe-intimidade-sexual-de-alunas-da-usp-e-causa-revolta.html> (acessado em 28/07/2016)

Pelo fato de a notícia utilizar como suporte o meio digital para circular, é possível assinalar e reconhecer nela as características de um hipertexto, gênero discursivo que permite ao internauta realizar simultaneamente vários processos e que pode ser então, concebido como a “ideia de leitura e escrita não linear de texto, em um contexto tecnológico, mediado pelo computador e pela Internet” (CEREJA, MAGALHÃES, 2013, p. 172). Além disso, o gênero comentário também faz parte de nossa análise. Geralmente um texto curto, o comentário é utilizado pelos leitores como forma de expressão subjetiva, “sem considerar os argumentos do autor do texto e a situação em que o texto foi produzido.” (CEREJA, MAGALHÃES, 2013, p. 177) Para que o leitor possa realizar um comentário na página do site G1 (assim como em várias outras páginas *web*), é necessário registrar seu *login* de *e-mail* ou rede social. A fim de que conteúdo considerado impróprio não seja publicado é comum alguns *sites* se valerem de filtros e/ou mediadores.

O espaço cibernético em questão propiciou a interação entre vários indivíduos que se manifestaram sobre o cartaz em questão. A seguir, vamos analisar alguns dos comentários apresentados, procurando desvelar quem são os sujeitos por trás delas e as condições de produção discursivas que propiciaram a emergência das declarações feitas.

Comentário 1) Vazio - eu não tive mais do que um parceira sexual na minha vida. e nunca casaria com uma menina que teve mais do que um parceiro. isto é machismo?? (483 Likes - 464 Dislikes)

Comentário 2) L. L. - Não, Observadora, mil vezes não. Nós não temos que rever conceitos nenhum. Nós temos que agir e pensar da maneira que queremos. Cada um na sua, quer ser liberal, seja... trate de arrumar um homem liberal também, cara. Nós, medievais, não temos obrigação nenhuma de deixarmos de ser. Até porque, também existem as mulheres medievais, aquelas, que nós nos identificamos, e vice-versa. Por que eu deveria me interessar por uma cadelinha, sendo que conheço várias e várias mulheres honradas? Isso não é coisa de menino de 14 anos, é coisa de homem honrado. Homem que valoriza seu par de bolas. Tchau.(9 L – 11 D)

Comentário 3) T. A. - Elas deviam fazer o ranking do pinto pequeno e dos ruins de cama. Acho que o efeito seria melhor do que se mostrarem ofendidas. (1460 likes – 201 dislikes)

Comentário 4) W.M. - Sabem o que é isso? 90% dos homens não se conformam com a liberdade sexual das mulheres porque possuem ideias arcaicas, machistas e conservadoras que só atrasam a humanidade. Tanto a mulher quanto o homem têm o direito de transarem com quem e com quantos quiserem sem constrangimento e difamação. E quanto a essa prática de falar da intimidade sexual de forma discriminatória e preconceituosa, é sabido que todo mundo o faz (seja em forma de piada, de fofoca, de gracejos no trabalho, escola, etc.). Não sejamos hipócritas. Agora o que esses moleques fizeram é crime e deve ser averiguado e punido! (1062 likes – 275 dislikes)

Fonte: <http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2015/06/ranking-expoe-intimidade-sexual-de-alunas-da-usp-e-causa-revolta.html> (acessado em 28/07/2016)

Chama atenção nos comentários 1 e 3 que a quantidade de *likes* – avaliação positiva, como o próprio nome indica, *like* vem do inglês e significa, entre outras traduções, gostar, agradar, apreciar, – supera a quantidade de *dislikes* – utilizados para demonstrar desaprovação (traduzido do inglês: antipatizar, repugnar, opor-se a). Esse dado é um indicativo de que o discurso machista circula com aprovação em nosso meio social, o que acaba por se refletir nas mídias digitais e traduz essa sedimentação combatida pelos que pedem igualdade entre os gêneros.

A vigilância sobre o corpo feminino, a ditadura sobre a expressão da sua sexualidade são ancoradas no que Foucault denominou de gratificação-sanção, parte da punição disciplinar, de modo a tornar a mulher dócil. Essa disciplina avaliadora dos indivíduos, realiza o julgamento por meio da sua “verdade”, ou seja, valorando positivamente um comportamento e usando de dispositivos coercitivos para normalizá-lo. (1996, p. 161, 162, 163).

Em conformidade com a tese de doutorado do pesquisador Ronaldo Sousa Sampaio, temos que

[...] o modelo ao qual estamos até hoje atrelados é aquele que Bourdieu (1998) denomina como androcêntrico e define masculino e feminino, respectivamente, através das polaridades “alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo (e falso), seco/úmido, duro/mole, temperado/insosso, claro/escuro, fora (público)/ dentro (privado) etc. (Bourdieu, 1998: 16)” que, em linhas gerais, reservam a atividade ao homem e a passividade à mulher, perpetuando a distinção entre o homem dominador e a mulher submetida.

Sobre tal polaridade dos esquemas binários necessariamente opostos é que nos têm alertado os estudiosos de gênero da atualidade, quando apontam para a necessidade de discutir como hegemonias se consolidam historicamente, garantindo a determinados grupos, status de sujeito referência. Voltando a análise para o texto manual do ranking, redigido sob formato de títulos e gráficos com “palos”, os quadradinhos de votação, logo abaixo. Os títulos dividem o gráfico em três partes, cada um deles remetendo a formas discriminatórias de se referir a determinados grupos de dentro do *câmpus*, como mencionado na notícia original, a investigação apuraria quem eram os alunos apelidados de forma depreciativa.

Importa atentar, no entanto, para os tais títulos dados ao gráfico de votação, no sentido de perceber os sentidos de solidificação das hegemonias dominantes no que se refere às normas de gênero e étnicas. O primeiro título faz referência ao órgão sexual feminino de forma pejorativa e ainda acrescenta o adjetivo “fedida”, em sequência o próximo é intitulado “teta preta” e o último, provavelmente se refere a homens de orientação homoafetiva, chamados de “sociedade do anel”. Podemos perceber também que os títulos se referem a determinados grupos delimitados dentro do *câmpus* e não a apenas uma pessoa por títulos, já que de cada títulos derivam diversos nomes, para quais são distribuídos tais “votos”.

Assim, que notadamente o sujeito referência que se inscreve nos discursos dos comentários é o sujeito masculino. Dessa forma, é possível atentar para o fato de que o parâmetro de normalidade atribuído aos sujeitos historicamente aponta para o “homem branco heterossexual de classe média urbana” (LOURO, 2008 p. 22). Deste modo todas as outras formas que se opõem a esta norma, tendem à marginalização. Como o padrão de sujeitos históricos homens heterossexuais, estes passam a ter direitos de ditar as regras, já que sua existência é não-problemática no sentido de refletir completamente a

norma vigente. Esses fatores explicam porque a sexualidade dos homens heterossexuais não é questionada em nenhum dos comentários, mas a feminina é tão vulgarmente exposta com termos como “comíveis” e até xingamentos como “cadelinha”, em referência clara à desumanização da mulher de sexualidade livre.

Seguindo a ótica de Michel Foucault, descrita por Louro (2008, p.22), a norma está entre “as artes de julgar”, e sob esta forma de poder não cabe uma forma triunfante, que se dá pelo uso da força, mas sim pelo aspecto invisível de reafirmação de tal norma como uma forma de poder social. Disso, deriva que o poder não vem de uma só fonte, mas de inúmeros e reiterados gestos, fatos e formas discursivas, pelas técnicas de reafirmação e vigilâncias aptas a naturalizar as relações de poder, (LOURO, 2008, p.22)

Dessa forma, podemos atentar para o aspecto de que, se a identidade sob esta ótica foucaultiana, se dá de forma relacional, esta relação aponta para duas formas. A relação de oposição dos esquemas binários de oposição já ditos acima, como feminino/masculino, heterossexual/homossexual, homem/mulher, binários estes que são objetos dos questionamentos dos teóricos Queer, na medida em que busca desmontar as dualidades, ao focar na multiplicidade de aspectos possíveis aos sujeitos. Mas além destes binários primeiros sobre o qual só há existência quando me amparo em um oposto, em uma polarização, há também a construção da identidade a partir da relação comparativa com o próprio sujeito referência, ainda como mecanismo de marginalização.

Por este motivo, o de que os parâmetros de comparação estabelecidos em relação ao sujeito referência e o reforço desta legitimidade de poder hegemônico em relação ao sujeitos dominantes através dos discursos é que o estudioso Richard Miskolci, aqui citado por Dinis (2013, p. 04) nos alerta que não basta mais voltar o olhar para os sujeitos tidos como diferentes ou mesmo desviantes da norma dominante, mas se faz necessário, “antes, focar nos processos normalizadores marcados pela produção simultânea do hegemônico e do subalterno.”

Sob esta ótica, as teorias chamadas rotuladoras, ou seja, as posturas de análise meramente indicativas dos sujeitos oprimidos historicamente em dado momento histórico de determinada sociedade tende a estacionar a análise, no sentido em que não amplia o campo de visão para os processos que constituem ao mesmo tempo hegemonia e

marginalização. Assim, o sujeito homossexual deixaria de compor meramente uma parcela da sociedade tida como diferente, para a qual se necessita sim a articulação de políticas inclusivas, mas a própria norma que o constitui como diferente ou desviante do modelos hegemônico, o heterossexual, precisa ser revista e em, última análise, desconstruída.

Como podemos perceber no comentário resposta ao ranking, escrito por uma mulher de iniciais TA, algumas vezes a própria reação a uma situação de opressão à norma é respondida de forma a reiterar esta mesma norma, muito provavelmente de forma inconsciente. O comentário em questão alega que: *“Elas deviam fazer o ranking do p... pequeno e dos ruins de cama. Acho que o efeito seria melhor do que se mostrarem ofendidas”*. Sob esta ótica, percebemos que há reação, e que a resistência aponta para o empoderamento feminino, quando a autora da frase afirma que as moças elencadas no ranking não deveriam se sentirem ofendidas, mas construir um outro ranking, considerando aspectos da masculinidade heterossexual esperada dos homens em nossa sociedade.

Nessa sequência de pensamento que elenca, na verdade, nada menos do que a lógica machista hegemônica a que nossa sociedade está submissa, mesmo a resposta que talvez livrasse as mulheres dos ataques machistas, deveria vir também com opressão machista, ainda que tenha como alvo os próprios opressores. Dessa forma, podemos reiterar o fato já apontado pelos teóricos e teóricas queer, quando afirmam que a necessidade está além das militâncias de empoderamento do feminino, mas que o olhar precisa se voltar para a forma como essas hegemônias são construídas e reafirmadas nos discursos:

Ao alertar para o fato de que uma política de identidade pode se tornar cúmplice do sistema contra o qual ela pretende se insurgir, os teóricos e as teóricas queer sugerem uma teoria e uma política pós-identitárias. (LOURO, 2001, p. 549)

Cumplicidade esta que nada mais é do que a necessidade de construção da identidade de forma comparativa e na utilização dos binários, porque a identidade “negada” (Louro, 2001, p. 549) também faz parte da constituição dos sujeitos. Assim, o que determinado sujeito deixa de ser, em comparação com a norma, pode ser o fator de

apropriação para a definição de sua própria identidade. No caso citado no comentário da internauta, o que os homens deixam de ser em relação à norma exigida para o homem heterossexual poderia ser apontado como fator de empoderamento das mulheres afetadas por tais comentários. Portanto, os processos de hegemonia e subalternidade, conforme já alertava Foucault, (Wellausen, 2007) a respeito dos focos de poder, não são constantes, se alternam e se modificam, na medida em que se reproduzem os discursos constituidores dos sujeitos.

Finalmente, no comentário de número 4 (quatro), podemos perceber um discurso, ao mesmo tempo conformado com as falas preconceituosas sobre o sexo, mas também alertando que o que ocorreu foi um crime. Há uma espécie de agravamento da situação conforme a internauta vai elaborando sua escrita. Inicialmente o discurso é de igualdade sexual, depois há alternância entre afirmar que todos falam, mas perceber que a fala depreciativa é um erro. Esse discurso mostra claramente o duo poder de reforço da norma e resistência (Foucault, 1996) atrelados, na medida em que uma mesma pessoa afirma a necessidade de direitos (resistência) e reafirma que “não devemos ser hipócritas”, determinando que as falas são cotidianamente repetidas.

Essa percepção de discurso de resistência e poder em disputa nos auxiliam também na compreensão da exposição inicial deste trabalho, quando alertamos, sob a ótica de Foucault (1995) que o discurso perpassa o sujeito, mas não se origina neste sujeito, antes, as falas servem a um poder hegemônico social de reforço das normas existentes em determinada cultura, num dado momento histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que haja questionamento do modelo patriarcal por pessoas representantes da militância por igualdade entre os gêneros, é inegável que existem condições que permitem a emergência de discursos machistas, que desejam um espaço onde elas conseguem circular. Por outro lado, há vozes que se levantam em favor da mulher e de seus direitos, fatores indicativos de que essas relações de poder são contínuas. Em diversos trechos dos comentários podemos divisar o anseio de impor seu pensamento como normalizador, nessa relação que busca o poder da palavra garantido pelas

produção discursiva, um fato que nos mostra esse sujeito constituído nessa luta pela possibilidade de discursar.

Esse “poder da norma” permite “uma comparação perpétua de cada um com todos, que permite ao mesmo tempo medir e sancionar.” (1996, p. 166) Essas diferentes visões sobre a mulher lutam pelo espaço discursivo e geram conflitos entre poder e resistência. Foucault propõe a análise das “relações de poder através do antagonismo das estratégias” (1995, p. 234) e a investigação das formas de resistência para que as compreendamos nessas oposições.

No entanto, ainda as formas de resistência se mostram, muitas vezes, atreladas aos modelos binários e ao reforço da norma como padrão, tendo como resultado a manutenção da marginalização de determinados sujeitos, na produção cíclica de reforço das hegemonias dominantes e reafirmação dos subalternos, na medida em que, ainda que discurssem e demonstrem determinação por igualdade entre os gêneros, a própria construção desta dualidade, homem/mulher como opostos fixos, completamente delimitados em suas diferenças construídas socialmente, terminam por escravizar as posições em locais determinados e culturalmente hierarquizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEREJA, W.R.;MAGALHÃES, T.C. **Português Linguagens**. 9.ed.São Paulo: 2013.

DINIS, N. F. POR UMA PEDAGOGIA QUEER. *Itinerarius Reflectionis*, V. 9, n. 2, jan. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/27710/19279>>. Acesso em 28 jul. 2016.

FOUCAULT, M. **A ética do cuidado de si como prática da liberdade** (entrevista com H. Becker, R. Fomet-Betancourt, A. Gomez-Müller, em 20 de janeiro de 1984), *Concórdia Revista internacional de filosofia*. n 6. Julho-dezembro de 1984, ps. 9-116

_____ **Arqueologia do Saber**. 6.ed.Rio de Janeiro: Forense, 1995a

_____ **Sujeito e Poder**. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Universitária, 1995b, ps 231-239.

_____ **Vigiar e Punir**. 13.ed. Petrópolis:Vozes,1996.

_____ **Microfísica do Poder**. 24.ed.São Paulo: Graal, 2007.

GREGOLIN, M. do R. **O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas**. In: SARGENTINI, V; NAVARRO-BARBOSA, P. (orgs). **Michel Foucault e os domínios da linguagem: Discurso, Poder, Subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004.

_____**Foucault e Pêcheux** na análise do discurso – diálogos & duelos. 2.ed.São Carlos: Claraluz, 2006.

LINS, M da P. P.; MARCHEZI, N. M. **Estratégias de Proteção de Face**: uma análise de entrevistas do programa CQC. In: XVI Congresso Nacional de Linguística e Filologia, realizado no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2012.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em julho de 2016.

_____**Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, Agosto 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-7> Acesso em julho de 2016.

MANZANO, L. C. G. A Imperfeição e o Corpo na Televisão. ARTEFACTUM – REVISTA DE ESTUDOS EM LINGUAGEM E TECNOLOGIA : 2013.

WELLAUSEN, S. da S. Os dispositivos de poder e o corpo em Vigiar e punir. In: Rago, M.; Martins, A. L. (Orgs.). **Revista Aulas**. Dossiê Foucault. Campinas, SP, n. 3, dez. 2006/mar. 2007, p. 1-23.

SOBRE AS AUTORAS:

Augusta Cássia Schwtner David possui graduação em Letras com Habilitação em Português e Inglês, pelo Centro Universitário Guaxupé – UNIFEG – onde participou do Programa de Iniciação Científica, e possui habilitação em Língua Espanhola pela Fundação Euclides da Cunha – FEUC. Concluiu especialização em Metodologia em Ensino de Língua Inglesa e Espanhola pela Universidade Cândido Mendes. Trabalha como professora de Língua Portuguesa e Espanhola no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – Câmpus Muzambinho, atuando nas modalidades de ensino Médio Integrado, Superior, PROEJA e subsequente. Participa do programa de Mestrado em Linguística como bolsista taxista PROSUP-CAPES, na área de Análise do Discurso de linha Francesa.

Andréa Marques Benetti possui graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e se dedica aos estudos de gênero, sexualidade e Teoria Queer. Trabalha como professora no Plano Municipal da Juventude em Poços de Caldas, projeto de contra-turno que visa à educação em tempo integral. Atuou como professora no Ensino Médio e Fundamental da Rede Estadual de Minas Gerais. Atualmente é conselheira tutelar pelo município de Poços de Caldas.